



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

### ATA

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas nove horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, no Auditório Rio Lima, presidida pelo Senhor Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação e votação da ata da sessão anterior (Doc. I); -----

----- B) Leitura do expediente e informações da mesa; -----

----- C) Apresentação de recomendações, propostas ou moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar. -----

----- C.1. Moção em defesa do serviço público municipal e dos direitos dos trabalhadores.-----

----- D) Outros assuntos de interesse municipal. -----

----- **2. Período de Intervenção do público;** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

--- A) Apreciação da “**Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” (Doc. II); -----

----- B) Discussão e votação da “**Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 529/16, requerida por Maria Custódia Cerqueira Barreiros, com base na alínea a) do nº 4 do artº 5º do Decerto Lei nº 165/2014 de 05 de novembro**” (Doc. III); -----

----- C) Discussão e votação da “**Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 505/16, requerida por Manuel Alves Antunes, com base na alínea a) do nº 4 do artº 5º do Decerto Lei nº 165/2014 de 05 de novembro**” (Doc. IV); -----

----- D) Discussão e votação da “**Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 504/16, requerida por Maria Lúcia Cerqueira de Oliveira, com base na alínea a) do nº 4 do artº 5º do Decerto Lei nº 165/2014 de 05 de novembro**” (Doc. V). -----

----- Estiveram ausentes e apresentaram pedidos de substituição e justificação o senhor Presidente da Junta de freguesia de Vitorino das Donas que se fez substituir pelo secretário António Pedro Costa Lima Alves, e os membros eleitos Natália Elisabete de Castro Rodrigues, Ana Júlia Araújo de Abreu Viana, Clara Alexandra Magalhães da Rocha, Joaquim Rosas e Gonçalo Nuno Abreu de Amorim e Castilho.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Uma vez que se fez registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal.-----

--- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:**----- -

---- **A) Apreciação e votação da Ata da sessão anterior:** sujeita à votação foi aprovada por unanimidade. -----

----- **B) Leitura do expediente e informações da mesa.** A Secretária da Mesa leu o resumo da correspondência recebida entre 16 de dezembro de 2016 e 24 de fevereiro de 2017. -----

----- **C) Apresentação de recomendações, propostas ou moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar.** -----

----- **C.1.** Interveio o membro eleito Sandra Fernandes (CDU) com a apresentação de uma moção em defesa do serviço público municipal e dos direitos dos trabalhadores (Doc. nº 1). -----

----- Seguiu-se a intervenção do membro eleito Abel Lopes (CDS-PP) (Doc. nº 2), demonstrando o apoio do CDS-PP à recandidatura do Senhor Presidente Eng.º Victor Mendes e da sua equipa à Câmara Municipal de Ponte de Lima, elogiando o seu percurso autárquico. -----

----- Interveio ainda o membro eleito Ricardo Vieira (PSD) propondo uma moção de repúdio sobre o funcionamento, a desmaterialização do serviço de urgência de medicina interna do Hospital Conde de Bertiandos, em Ponte de Lima, à Unidade Local de Saúde do Alto Minho. -----

----- Seguiu-se a intervenção do membro eleito António Carlos Matos (PS) para se associar à moção apresentada em defesa do serviço público municipal e dos direitos dos trabalhadores. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes, tendo solicitado autorização para a Senhora Vereadora Dr.ª Ana Machado prestar esclarecimentos relativamente à moção de repúdio apresentada pelo membro eleito Ricardo Vieira (PSD), intervenção autorizada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Os membros eleitos Ricardo Vieira e Pedro Ligeiro solicitaram esclarecimentos adicionais ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que os prestou. -----

----- Sujeita à votação a moção em defesa do serviço público municipal e dos direitos dos trabalhadores foi a mesma rejeitada com trinta e dois votos contra, vinte votos a favor e sete abstenções. -----

----- Sujeita à votação a moção de repúdio sobre a desmaterialização do serviço de urgência de medicina interna do Hospital Conde de Bertiandos, em Ponte de Lima, foi deliberado por unanimidade que a mesa da Assembleia Municipal reitere a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

correspondência anterior sobre a necessidade de resolver a ausência de médico internista na urgência do Hospital Conde de Bertandos em Ponte de Lima, junto não só do Conselho de Administração da ULSAM, mas também do Conselho Diretivo da ARS-Norte. -----

----- **D) Outros assuntos de interesse municipal.** Inscreveram-se para intervir neste ponto: os membros eleitos António Carlos Matos (PS), Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 3), Pedro Ligeiro (PSD), Alípio Barbosa (M51), Alípio Matos (PSD), Natália Lima (PSD) e Nuno Matos (PSD) (Doc. nº 4). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

----- Os membros eleitos António Carlos Matos (PS), Alípio Matos (PSD), Ricardo Vieira (PSD), Alípio Barbosa (M51) e Pedro Ligeiro (PSD) para pedir esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara que os prestou. -----

----- Intervieram os membros eleitos Mecia Martins e Abel Lopes para solicitar ponto de ordem à Mesa. -----

----- **2. Período de intervenção do público.** Registou-se para intervir neste ponto o senhor José Manuel Leitão Puga, residente na Freguesia de Rebordões - Souto. -----

----- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

----- **A) Apreciação da Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município”;** Inscreveu-se o membro eleito Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 5). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

----- **B) Discussão e votação do “Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 529/16, requerida por Maria Custódia Cerqueira Barreiros, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro”.** Inscreveram-se os membros eleitos Joana Silva (M51), Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 6) e António Carlos Matos (PS). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

----- O membro eleito António Carlos Matos (PS) solicitou esclarecimentos adicionais ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Votação da alínea B) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **“Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 529/16, requerida por Maria Custódia Cerqueira Barreiros, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro”:** sujeita a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----

----- Declara-se o interesse público municipal, para efeitos do disposto no artº5 do Decreto-lei nº 165/2014, da atividade económica desenvolvida por **Maria Custódia**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

**Cerqueira Barreiros, Processo Diversos nº 529/16**, no pressuposto de que fiquem salvaguardados:

- a) O cumprimento da legislação laboral e das normas tuteladas pela Autoridade das Condições do Trabalho, ACT, designadamente as respeitantes às questões de higiene e segurança no trabalho; -----
- b) O cumprimento das leis de proteção ambiental, nomeadamente as relativas ao impacte ambiental e ao tratamento de resíduos industriais; -----
- c) O cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social; -----
- d) O cumprimento dos Regulamentos Geral e Municipal, das Edificações Urbanas.

----- C) Discussão e Votação da **“Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 505/16, requerida por Manuel Alves Antunes, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro”**; Não se registaram inscrições. -----

----- Votação da alínea C) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 505/16, requerida por Manuel Alves Antunes, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro**”: sujeita à votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

-- Declara-se o interesse público municipal, para efeito do artº5 do Decreto Lei nº 165/2014, da atividade económica desenvolvida por **Manuel Antunes Alves, Processo Diversos nº 504/16**, no pressuposto de que fiquem salvaguardados:

- a) O cumprimento da legislação laboral e das normas tuteladas pela Autoridade das Condições do Trabalho, ACT, designadamente as respeitantes a questões de higiene e segurança no trabalho; -----
- b) O cumprimento das leis de proteção ambiental, nomeadamente as relativas ao impacte ambiental e ao tratamento de resíduos industriais; -----
- c) O cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social; -----
- d) O cumprimento do Regulamento Geral e Municipal, das Edificações Urbanas. --

----- D) Discussão e votação da **“Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 504/16, requerida por Maria Lúcia Cerqueira Oliveira, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro”**; Não se registaram inscrições. -----

----- Votação da alínea D) do ponto 3. da Ordem de Trabalhos: **Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

pecuária relativa ao Processo Diversos nº 504/16, requerida por Maria Lúcia Cerqueira Oliveira, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05 de novembro: sujeita à votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

---- Declara-se o interesse Público Municipal, para efeito do art.º 5 do Decreto-lei nº 165/2014, da atividade económica desenvolvida por **Maria Lúcia Cerqueira Oliveira**, **Processo Diversos nº 504/16**, no pressuposto de que fiquem salvaguardados:

- a) O cumprimento da legislação laboral e das normas tuteladas pela Autoridade das Condições do Trabalho, ACT, designadamente as respeitantes a questões de higiene e segurança no trabalho; -----
- b) O cumprimento das leis de proteção ambiental, nomeadamente as relativas ao impacte ambiental e ao tratamento de resíduos industriais; -----
- c) O cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social; -----
- d) O cumprimento do Regulamento Geral e Municipal, das Edificações Urbanas. --

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas treze horas e dez minutos da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário \_\_\_\_\_

O conteúdo da presente sessão fica registado em suporte digital.

## Assembleia Municipal de Ponte de Lima - Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2017

### 1. Período de Antes da Ordem do Dia:

C) Apresentação de recomendações, propostas ou moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar.

Exm<sup>as</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

### MOÇÃO

#### EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A carência de uma gestão abrangente e global em matéria de Serviços de Higiene e Limpeza e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Ponte de Lima não contribui em nada para uma boa prestação de serviços públicos municipais que assegurem os requisitos necessários na salvaguarda da saúde pública e na qualidade ambiental e consequentemente dos direitos dos trabalhadores e da população em geral;

Verifica-se por todo o Concelho que a deficiente recolha de resíduos sólidos é factor e um dos elementos reveladores da escassez de uma política ambiental municipal integrada e coerente nos seus diversos domínios;

A verdade é que ao longo de anos não foram implementadas as medidas adequadas para garantir uma efectiva melhoria da qualidade de vida das comunidades limianas, aferida, designadamente, pela qualidade do meio-ambiente sistematicamente agredido, como é o caso e a causa da falta de uma gestão municipal na área da recolha dos resíduos sólidos, em povoações desde as freguesias até à sede do Concelho, que origina que o descontentamento das populações seja cada vez maior relativamente à deficiente prestação de serviços municipais de higiene e limpeza;

É um imperativo a necessidade de adoção de práticas no plano municipal que visem assegurar uma eficaz limpeza do espaço urbano e rural em todo o Concelho, pondo fim à falta de limpeza das ruas, e à não recolha dos resíduos sólidos a tempo e horas de que é demonstrativo a degradante acumulação dos lixos nas aldeias, que quanto se sabe, só é removida uma vez por semana;

Merecem a necessária e empenhada atenção, a ineficiente limpeza nas várias artérias da urbe limiana, factores virais com consequências de contaminação ambiental e ainda de outras causas críticas de exposição a focos de risco; como a colocação incompreensível de contentores de recolha de lixos em locais inapropriados ou seja junto a prédios habitacionais, situação que é agravada de durante o dia depositarem os lixos que transbordam dos contentores, assim os maus cheiros aumentam e atraem a praga de insetos;

Acresce ainda que as instalações/estaleiros municipais de recolha de lixo e de limpeza e higiene urbana são caóticas; não dignificam o exercício da função dos trabalhadores destes sectores fundamentais para a defesa da saúde e bem-estar das populações e para a qualidade do meio-ambiente. É deplorável a insuficiência de instalações/balneários que não permitem aos trabalhadores após a sua árdua e valiosa tarefa poderem tomar banho com água quente, o que põem em causa a sua integridade e saúde e a imagem e a dignidade dos serviços prestados pelo próprio Município.

**Assim a Assembleia Municipal de Ponte de Lima reunida em sessão pública, em 25 de Fevereiro de 2017, delibera:**

1. Exigir com carácter de urgência que o Executivo Camarário reforce imediatamente os meios humanos e financeiros para a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais de recolha de resíduos sólidos por todo o Concelho e para a limpeza e higiene urbana;
2. Exigir ao Executivo Camarário que proceda ao melhoramento das instalações, para que os trabalhadores exerçam as suas funções condignamente;
3. Exigir que os Serviços Camarários elaborem e implementem um programa de prevenção das Doenças Infecto-Contagiosas evitáveis pela Vacinação (Tétano, Hepatite B, Gripe, Hepatite A) e de outras infecções, a grupos profissionais de risco e nos casos em que a actividade envolva perigo de contágio;
4. Recomendar ao Executivo Camarário que ao nível dos fardamentos dos trabalhadores dos serviços de higiene e limpeza seja assegurado o fornecimento do equipamento necessário para o exercício das suas actividades laborais;
5. Recomendar que os serviços municipais de higiene e limpeza nas várias artérias da urbe limiana, mereçam a necessária e empenhada atenção, para eliminar a sujidade das ruas, assim como a colocação de contentores de recolha de lixo em locais inapropriados;
6. Saudar os trabalhadores da Câmara Municipal que corajosamente exercem estas funções e pugnam pelos seus direitos laborais, defendem a manutenção dos postos de trabalho e de um serviço público municipal de qualidade para quem vive, trabalha e visita Ponte de Lima;
7. Os serviços de secretariado da Assembleia Municipal, enviarem de imediato esta Moção a:
  - **Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima** para ordenar que a presente deliberação no âmbito da organização e funcionamento dos serviços municipais e no da gestão corrente, seja dado procedimento ao artigo 35º. – Competências do presidente da câmara municipal, alínea c) do nº. 1 “Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal” (Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro).
  - **STAL – Direcção Regional de Viana do Castelo**

O Eleito da CDU

  
**Sandra Margarida Fernandes**



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor e Senhor Secretario

Exmo. Senhor Presidente do Município

Exmos. Senhores Vereadores

Exm<sup>os</sup> Senhoras e Senhores Membros da Assembleia

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Comunicação Social

Quero, saudar a eleição da nova Comissão Política do CDS, de Ponte de Lima e restantes órgãos, eleitos ultimamente, sendo que os membros agora eleitos, são em grande parte, membros desta Assembleia.

Escolha efectuada pelos militantes, no sentido de se obter uma nova equipa.

Uma equipa sem problemas com o passado, mas transitando de comissões anteriores.

Desejo que o mandato, que agora se inicia, seja exercido com dignidade, liberdade democrática, se torne possível uma continuidade de trabalho, sempre e só, executado na defesa dos interesses dos cidadãos do Concelho e do País.

Sem duvida que Vítor Mendes tem firmado e apresentado créditos, na condução deste partido.

Honesto, competente, dedicado e unido ao partido, e sem duvida uma mais valia para o partido CDS-PP, mantendo a agregação dos seus membros e dialogo com todas as outras forças partidárias.

Com Vítor Mendes e Daniel Campelo o CDS, tem-se mantido em Ponte de Lima, com dignidade e coerência.

O Vítor Mendes é nesta fase uma referência, foi Vice-Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Município, durante 8 anos, esperemos que, por mais quatro anos.

Dentro do partido, tem vindo a desempenhar um trabalho, meritório, que os colegas de partido têm vindo a registar com apreço.

Refiro toda posição de Vítor Mendes, estou e estamos certos que a concelhia de Ponte de Lima, esta portanto em boas mãos e no melhor quadro que nos representa.

Sem duvida com dedicação ao partido e a Ponte de Lima, estou certo que e uma mais-valia, para o CDS, Ponte de Lima e para o país, é portanto uma excelente valia.

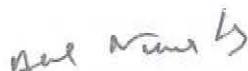


Estou certo que será um pilar essencial de coesão e apoio aos militantes, aos eleitos  
Límianos.

Estou certo, que com Vítor Mendes, a Comissão Política de Ponte de Lima, esta  
organizada e preparada, para junto dos Limianos, continuar a exercer uma actividade  
digna e com respeito para com todos.

Ponte de Lima, 25 de Fevereiro de 2017-02-24

O Membro da Assembleia



Abel Nunes Lopes

## Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2017

### 1. Período de Antes da Ordem do Dia:

#### D). Outros assuntos de interesse Municipal.

Exm<sup>a</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

#### Sobre o processo de toponímia no Concelho

A toponímia, a par da numeração de polícia, representa uma referência geográfica de gestão do território que deve ser estável, não devendo ser influenciadas por critérios subjetivos ou factores de circunstância, deve pautar-se por critérios de rigor, coerência e isenção; assim reza, mais ou menos, na nota justificativa do Regulamento de Toponímia Municipal, Placas e Números de Polícia aprovado por unanimidade pela Câmara e Assembleia Municipais em 2008;

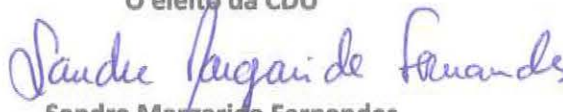
Neste regulamento estão bem definidos os critérios e procedimentos quanto ao processo de toponímia e número de polícia. Nele está estabelecido que os interessados devem requerer à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal que informe qual o número de polícia que lhes está atribuído.

No nosso Concelho; o processo de toponímia e atribuição do número de polícia tem estado a processar-se em algumas freguesias ferido de arbitrariedades por exigências não compatíveis com a ética democrática e contrárias ao regulamento da toponímia municipal, placas e números de polícia, que vão desde a exigência de documentos comprovativos de quem é o proprietário da moradia e da composição do agregado familiar, até ao pagamento das placas identificativas do número de polícia.

Se as Juntas de Freguesia estão com problemas, de acordo com o regulamento, devem resolvê-los com a Câmara Municipal e não querer passar o ónus para os moradores das freguesias.

A CDU sugere ao Município que dentro das suas competências nesta matéria, emita informação adequada às Juntas de Freguesia para os procedimentos a seguir no processo de toponímia de acordo com o Regulamento Municipal, porque ninguém é obrigado a apresentar documentos comprovativos para a execução e atribuição do número de polícia nem tao pouco são obrigados a pagar a placa com o número atribuído.

O eleito da CDU

  
Sandra Margarida Fernandes





dr  
Doc 4

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de junta

Caros Membros desta Assembleia

Estamos perante um documento que começa por pecar por tardio. Mas não será esse o seu único pecado, nem, por ventura, o mais grave.

O Relatório de Avaliação da Adequação e Concretização dos Planos de Urbanização, apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, pretende, basicamente, e apenas, a remoção da obrigatoriedade, na execução dos PU's, de operações de loteamento.

Diz o relatório, que agora tomamos conhecimento, que existem queixas de juntas de freguesia, quebra de expectativas de particulares e comunidades. O vereador Manuel Barros solicitou, na reunião da Câmara Municipal onde este relatório foi aprovado, a apresentação dos documentos que sustentam esta argumentação. Na altura não foram mostrados. Senhor presidente da Câmara é hoje que os vai divulgar?

Caros membros desta Assembleia, qual será verdadeiramente o objectivo deste relatório?

Curiosamente, não encontramos referência a ele neste documento, mas o nº6 do Art. 189 do DL 80/2015, afirma que *"a não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever (...) os planos municipais (...)".* Terá sido, certamente por coincidência, que a necessidade de alteração da obrigatoriedade de operações de loteamento apareça quando um dos motivos pelos quais o projecto da implantação da central de betuminoso em Arcozelo foi bloqueado, precisamente pela não execução da operação de loteamento.

Ora se essa obrigatoriedade desaparecer...



dr

Para fazer alterações é preciso então cumprir com o dito nº6 do Art. 189 do DL 80/2015 e para isso é preciso elaborar um relatório de avaliação, relatório apresentado em reunião de Câmara no final de Janeiro, perto de um mês depois da providência cautelar, e que agora, esta Assembleia toma conhecimento.

O nº1 do Art. 187 do DL 80/2015 que diz, basicamente, que *as entidades administrativas têm o dever de promover permanentemente a avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos planos territoriais por si elaborados* é bastante referenciado neste relatório. O Art. 187 faz parte o CAPÍTULO VIII do DL 80/2015, e este Capítulo tem um artigo que trata precisamente dos *Relatórios sobre o estado do ordenamento do território*, precisamente o já referido Art. 189, que no nº 3 afirma que *“as câmaras municipais, (...) elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal”*.

De quatro em quatro anos, Caros Membros desta Assembleia.

Dos PU's referidos no relatório, um é de 2007, quatro de 2008 Porque estiveram 8, 9 anos sem nada fazer, sem cumprir o *dever de promover permanentemente a avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos planos territoriais*. Foi por quê? Inercia? Incompetência? Desconhecimento?

Mas há outro PU, o que parece ser o verdadeiro motivo para a pretendida mudança. O PU das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas, mas este nem dois anos tem, é de Junho de 2015. Lembra-se do que dizia o Art. 189, *elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório*? De quatro em quatro anos, senhor Presidente da Câmara.

Permitam-me um parêntese. Ficamos a conhecer, no final desta semana, que a empresa que construiu, ilegalmente, a central de betuminoso em Arcozelo apresentou um requerimento ao tribunal que está a decidir a providência cautelar, entreposta pela “Verde Maiúsculo” – Associação Cívica de Arcozelo, solicitando autorização para retirar a central, para outro local, fora da freguesia de Arcozelo, até *decisão definitiva sobre o decretamento da providência cautelar*. Não vamos comentar o que poderá parecer, para alguns, uma tentativa de pressão. Deixamos apenas uma pergunta no ar, qual será, dos senhores presidentes de Junta, o que irá receber, como “prenda”, ainda que provisoriamente, a central que pretende produzir 6600 toneladas de betuminosos por mês?





Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Presidentes de Junta

Caros Membros desta Assembleia

Percebemos que vivemos tempos difíceis. Tempos em que os eleitores descobrem a existência de eleitos que parecem representar tudo menos os seus eleitores. Percebemos acima de tudo as razões que têm levado as populações, durante este mandato, a se revoltarem. Por exemplo as populações da Gemieira e Refóios, quando perceberam que o Vice-presidente da Câmara, conivente com o Presidente da Câmara, às escondidas de todos, aceitou que as suas freguesias fossem esventradas pela linha de muito alta tensão, a de Rebordões de Souto quando o presidente da Câmara não ouviu as recomendações da população e do Presidente da Junta na localização de uma ETAR que instalaram na freguesia e que pouco ou nada serve Souto, em Arcozelo, onde ilegalmente, encobertos pela inercia e apatia do presidente da Junta e da Câmara Municipal, foi feito o que todos sabemos, e agora a de Moreira do Lima, enganada por promessas eleitoralistas.

Sim, em Ponte de Lima já se vive um tempo de verdadeira “primavera limiana”. Por isso o nervosismo da maioria, uma maioria que até já se dividiu, uma maioria que já pressentiu que as pessoas perceberam que é possível fazer diferente.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e para terminar, porque os contornos da necessidade de alteração dos PU's são pouco claros. Porque o PU das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas não tem sequer dois anos. Somos do entendimento que esta Assembleia deve recomendar ao senhor Presidente da Câmara para que o Relatório de Avaliação da Adequação e Concretização dos Planos de Urbanização aqui apresentado seja revisto por forma a retirar do mesmo o PU das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas.

25 de Fevereiro de 2017

*P/* O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ponte de Lima



## Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2017

### 3. Período da Ordem do Dia:

#### A) Apreciação da "Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município"

Exm<sup>as</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Na informação da actividade municipal é feita referência a *"Procedimento Concursal Comum na Modalidade de Relação Jurídica por Tempo Indeterminado de 1 Técnico Superior Português-Francês - Recurso Hierárquico - deliberado negar provimento ao recurso hierárquico; e ainda Aprovação do Protocolo de Estágio em Contexto de Trabalho do IPCA-Instituto Politécnico do Cavado e do Ave - Curso Técnico Superior Profissional em Serviços Jurídicos;"*

Não é mencionada nenhuma iniciativa do município para preencher a falta de trabalhadores permanentes referenciados no item das vagas no recente mapa de pessoal no total de 71 vagas.

No Orçamento do Estado de 2016, por proposta do PCP, foi aprovado o levantamento na Administração Pública, no Sector Empresarial do Estado e nas autarquias das situações de "recurso a Contratos Emprego-Inserção, conhecidos por CEI's ou CEI's+, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços".

A CDU - Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV, defende que na lei e na vida, a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo e este é um dos combates centrais da nossa democracia. Por isso, é de elementar justiça garantir que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo, pelo que urge a vinculação de todos os trabalhadores que respondem a necessidades permanentes dos serviços públicos.

É sabido que o nosso município, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, recorre a estes programas, e tem ao seu serviço, presentemente, largas dezenas de trabalhadores CEI's; estes "contratos" têm a validade de um ano e não podem ser renovados, mal acaba o contrato a Câmara Municipal tem recorrido ao expediente de pedir mais ao IEFP.

Não obstante estar previsto na legislação que estes contratados não podem visar a ocupação de postos de trabalho, a verdade é que não é isso que acontece e tem vindo a acontecer, havendo um recurso sistemático a este expediente, em vez de contratarem estes trabalhadores, com os direitos e deveres inerentes ao trabalho por conta de outrem.

Estes trabalhadores contratados através de CEI e CEI+ produzem trabalho quase gratuito para a Câmara, uma vez que esta tem que pagar apenas o transporte, o subsídio de alimentação e 20% de 84,26 euros ou de 421,32 euros conforme o trabalhador contratado seja um CEI ou CEI+.

Estamos perante a desumanização do trabalho, a utilização de mão-de-obra barata, descartável, sem direitos básicos, como um contrato de trabalho, férias ou, nomeadamente, a possibilidade de virem a ser efectivos na Autarquia. É um sistema de usar e deitar fora, que destrói a dignidade dos trabalhadores CEI'S e não beneficia os serviços.



O Sr. Provedor de Justiça já se pronunciou contra este regime de utilização oportunista e permanente da fragilidade das pessoas no desemprego para ocupar postos de trabalho efectivos em órgãos e serviços públicos.

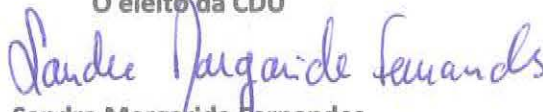
Lamentavelmente, a Câmara Municipal de Ponte de Lima ao utilizar este expediente ilegítimo para suprir necessidades permanentes dos serviços, contribui para branquear o número real de desempregados existentes no distrito.

No mapa de pessoal do município aprovado recentemente nesta assembleia municipal existem 47 vagas para assistente operacional, assim não tem lógica o recurso aos Contratos Emprego-Inserção. A CDU considera que é uma exigência imperiosa o fim do recurso a este expediente para suprir necessidades dos serviços. O Município de Ponte de Lima deve e tem todas as condições legais para de imediato abrir concursos para regularizar a situação precária destes trabalhadores e assim lhes abrir novos horizontes de vida e trabalho digno.

A finalizar para que esta assembleia municipal seja informada colocamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o seguinte: -

Que acções estão previstas para o preenchimento dos postos de trabalho permanentes em falta, assinalados no mapa de pessoal de 2017?

O eleito da CDU

  
Sandra Margarida Fernandes

**Assembleia Municipal de Ponte de Lima**  
**Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2017**

**3. Período da Ordem do Dia:**

B) Discussão e votação da "Proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 529/16, requerida por Maria Custódia Cerqueira Barreiros, com base na alínea a) do nº 4 do artº 5º do Decreto Lei nº 165/1014 de OS de novembro"; C) Discussão e votação da "Proposta de reconhecimento do Interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 529/16, requerida por Manuel Alves Antunes, com base na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do Decerto Lei nº 165/2014 de 05 de novembro"; D) Discussão e votação da "Proposta de reconhecimento do Interesse público municipal na regularização da instalação pecuária relativa ao Processo Diversos nº 504/16, requerida por Marla Lúcia Cerqueira de Oliveira, com base na alínea a) do Dº 4 do art.º 5º do Decerto Lei nº 165/2014 de 05 de novembro".

Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

A CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV já anteriormente manifestou neste órgão deliberativo as suas dúvidas sobre a falta de rigor e de coerência com que foi tratado todo o processo de apreciação dos pedidos de interesse público municipal para regularização de explorações industriais e pecuárias. Considerávamos que a condução de todo o processo de pedidos para reconhecimento público municipal na regularização de estabelecimentos ou instalações, estava manchado pelo embuste de alguns pedidos, concretamente desde fundamentos de regularização para instalações que não existem ou que estão em situação de ilegalidade muito recente e a omissão de documentos para análise e avaliação. E apresentamos na altura as justificações para a consistência das nossas análises.

Em todo o processo de pedidos de interesse público; lamentavelmente as informações técnicas emitidas, foram sempre muito superficiais, sem rigor e com uma enorme carência no facultar elementos técnicos necessários para podermos fazer um juízo de valor e podermos avaliar e decidir com justiça. Recentemente por decisão do executivo municipal foi recusado o pedido de interesse público municipal para a regularização de uma indústria das pedreiras.

Será que em relação a este pedido houve o necessário rigor da avaliação que deveria ter sido aplicado em todos os pedidos anteriores?

Por tudo isto, considerando que desde o início todo este processo para regularização de explorações industriais e pecuárias está ferido de incongruências de carácter técnico, de avaliação e de rigor, não é possível dar concordância e avaliar com consciência ao que deve merecer uma atenção cuidadosa e coerente.

O eleito da CDU  
  
Sandra Margarida Fernandes